

## Como é possível?

*Eduardo Veloso*

Há dias foi publicada uma pequena brochura do Ministério da Educação sobre o acesso ao ensino superior<sup>1</sup>. Sendo o primeiro documento público, sobre assunto tão controverso, do novo ministério de um governo cuja prioridade é (ou era) a Educação, abriu-o com rapidez. Pouco depois, apeteceu-me deitá-lo para o lixo.

Não quero discutir este documento. Isto é, não quero dar a minha opinião sobre se é melhor acabarem as específicas e começarem os exames nacionais, haver disciplina-base ou não e assim por diante. Essa é a grande ratoeira destes documentos e destas discussões. Em pouco tempo, toda a gente está envolvida na discussão das percentagens, das notas mínimas, do numerus clausus — os explicadores à espera das provas-tipo, os pais à espera das notas mínimas, e os alunos sabendo-se lá à espera de quê...

Porventura o Ministério não quer senão isto mesmo. Está talvez a seguir a máxima dos donos da SIC, que dizem que a sua estação é como é porque apenas quer ser o reflexo do povo português: se o Big Show SIC e os outros programas são um verdadeiro tele-lixo, se as piadas dos seus apresentadores são baseadas na ordinarice mais rasteira, isso é porque os portugueses não apenas gostam disso, mas são isso mesmo, rasteiros e ordinários, um verdadeiro lixo. Talvez o Ministério pense também que a sua missão é ser igual, ser bem representativo "do seu povo", ou seja, dos pais, dos explicadores, da generalidade dos professores. E como os pais, e os explicadores, e muitos professores, não podem imaginar um ensino sem exames, sem específicas mas também sem provas nacionais, e, evidentemente, sem testes, sem

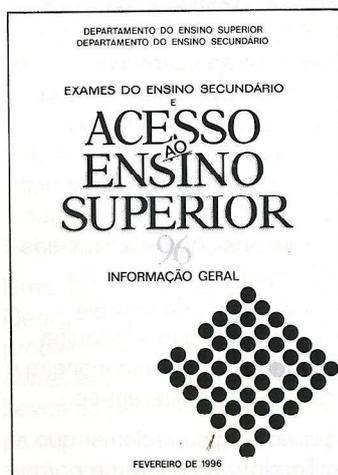
exames de frequência... o Ministério o que tem a fazer, de cada vez que se pronuncia sobre este tema magno, é dizer quais são as novas regras do jogo: agora já não há PGA mas há aferições e logo já não há específicas e há nacionais e amanhã já não haverá estes exames mas sim aqueles, e os de ontem não servem para hoje, e os de hoje talvez sirvam para amanhã mas depois diremos! A adaptação à "vontade popular" é de tal ordem que mesmo as longas justificações educativas e sociais da necessidade imperiosa de fazer estes e não aqueles exames já tombou completamente de moda. Isso é talvez a única coisa que se compreende: para quê justificar uma mudança se amanhã temos que justificar provavelmente a mudança em sentido inverso? Não percamos então tempo com esses pormenores, vamos às regras que é o que interessa na prática!

Como é possível estarmos ainda neste estado? Como é possível não haver uma compreensão geral de que todas estas trocas e baldrocas dos exames e dos seus nomes é absurda, sobretudo se não for para dizer em voz bem alta, ao mesmo tempo, que

tudo isto é transitório!

É preciso alguém exprimir, e a direcção da APM devia ter a coragem de avançar nesse sentido, que os exames e os testes devam ser vistos como qualquer coisa a abolir num futuro próximo e que novas mancinhas de ver as questões do acesso ao ensino superior e da avaliação devam ser propostas e discutidas imediatamente. Apenas para tentar provocar a discussão e algumas reacções (mas não tenho grandes esperanças) avanço os seguintes pontos:

- o objectivo a atingir e atingível é o de permitir a todos os jovens que o desejem, e que terminaram normalmente o ensino secundário, prosseguir os seus estudos num estabelecimento de ensino superior;
- terminar normalmente o ensino secundário não é fazer qualquer espécie de exame final — isso será terminar anormalmente — mas sim ser possuidor de um relatório, de carácter qualitativo, produzido pela escola que frequentou;
- de resto, isto devia ser norma sempre que o aluno terminasse um ciclo de estudos — ele iria transportando consigo, de ciclo para ciclo e de escola para escola um dossier relativo à sua vida escolar, não com apreciações sempre precipitadas sobre qual deveria ser o seu destino escolar, mas sobretudo com produtos exemplares dos aspectos positivos da sua actividade;
- através do exame desse dossier — e dos seus eventuais resumos e sínteses — seria possível perceber, à escola superior que apreciasse a admissão desse aluno, as suas características, as suas forças e as suas fraquezas, e se aquela escola teria as melhores condições para ser



o local onde ele fosse prosseguir os seus estudos;

- uma das vantagens do dossier qualitativo é eliminar de uma vez por todas as classificações numéricas; as diferenças importantes entre os jovens são de natureza qualitativa e não quantitativa — são as suas tendências, os seus gostos, as suas inclinações e interesses, os tipos de trabalho e actividades que tem desenvolvido com maior êxito e interesse, que constituem a melhor fonte de informação para a escola onde o aluno vai prosseguir os seus estudos; o ponto de partida do trabalho da escola e dos professores deve ser o conhecimento qualitativo dos alunos, pois é a escola que tem de procurar corresponder às características dos seus alunos e não os alunos que têm de se uniformizar perante as idiossincrasias da escola e dos professores;

- o fim dos exames e dos testes corresponde a levar até ao fim as tendências inovadoras da moderna pedagogia; os exames constituem um processo de avaliação completamente inadequado para compreender e apreciar a evolução dos alunos em muitos aspectos hoje considerados relevantes — as qualidades de trabalho em grupo, as capacidades de comunicação escrita e oral, de argumentação, de persistência perante as dificuldades, de imaginação, de criatividade. Quanto à avaliação de conhecimentos, os exames apenas a podem fazer de modo estereotipado, uniforme — e isto é contrário à ideia de que os alunos constroem o seu próprio conhecimento, que o fazem em ritmos diferentes e muitas vezes explicitando esse conhecimento de maneira pessoal, diferenciada, original.

Tudo isto é controverso, eu sei. Mas

era o que devíamos andar a discutir, e não se os exames finais devem valer 60 ou 70%. A escola, como disse um dia Ubiratan D'Ambrósio aos alunos da Faculdade de Ciências, destina-se a educar, e não a classificar, a scriar. É natural a sociedade pedir isso à escola, e é natural também que o ensino superior faça o mesmo em relação à escola secundária. Isso facilita o trabalho dos empregadores e dos reitores. Não têm que pensar, é como a escolha das maçãs na CEE — entram as que têm um certo calibre, ficam de fora as de calibre inferior. Mas nós devemos recusar-nos a ser uma máquina de calibrar, somos capazes de fazer melhor do que isso.

Mas quereremos?

Eduardo Veloso

<sup>1</sup>Estou a escrever em 24 de Fevereiro de 1996

## Bola Zero

(Continuação da página 26)

não a consideramos e extraímos nova bola para a substituir. Desta forma, todos os jogadores estão em igualdade de circunstâncias e as probabilidades de prémio não se modificam.

*3º O facto de haver uma bola extra, mesmo que ela não saia, altera o resultado final da extracção*

É claro que, havendo na máquina uma bola indevida, ela choca com as outras, altera-lhes as posições e faz com que as bolas extraídas não sejam as mesmas. Mas é justamente isto que faz com que a extracção seja um fenómeno aleatório. Qualquer alteração, por mais pequena que seja, das condições iniciais ou intermédias vai provocar um resultado diferente. Como as bolas vão dar milhares de choques entre si enquanto a máquina roda, basta que um dos choques não se faça nas mesmas condições para que os choques seguintes se alterem

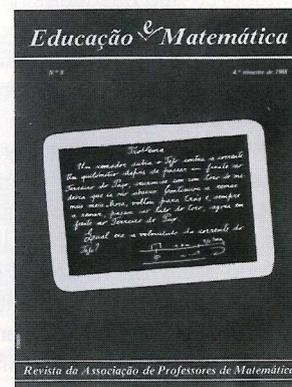
cada vez mais, fazendo com que o resultado final seja imprevisível.

Quando as bolas são colocadas na máquina, basta uma imperceptível rotação numa delas para que o resultado seja diferente. Quando se fecha a tampa, as bolas abanam ligeiramente e o resultado da extracção altera-se. As vibrações provocadas pelos passos do apresentador na sala ou por um automóvel que passa na rua enquanto a máquina gira vão provocar minúsculas alterações nos choques das bolas, essas alterações vão sendo amplificadas e dois segundos depois as posições relativas das bolas já são muito diferentes. As pequenas flutuações de energia eléctrica fazem com que a máquina não rode sempre da mesma maneira e o os números saídos alteram-se...

Ora não parece lógico reclamar que a chave do Totoloto foi diferente porque

o apresentador andou na sala durante o sorteio, porque passou um automóvel na rua ou porque a EDP não forneceu energia eléctrica absolutamente constante enquanto a máquina girava.

José Paulo Viana  
Esc. Sec. Vergílio Ferreira - Lisboa



Capa do nº 8 da Educação e Matemática